

"Pacote" divide o CMN e...

por José Casado
de São Paulo
(Continuação da 1ª página)

Sem um imediato processo de desindexação, ainda que gradual, "não se mexe no problema estrutural da economia brasileira", argumentava Olavo Setúbal, ontem homenageado com um almoço de 420 talheres, em São Paulo. Na platéia, líderes empresariais aplaudiram intensamente Setúbal quando ele fez, no discurso, uma crítica do atual sistema de decisões governamentais.

A empresa nacional, disse ele, "hoje é condenada a suportar pesado ônus de uma legislação econômica anacrônica e burocratizante, gerida por uma tecnoburocracia acostumada a modificar tudo o que quer, como quer e quando quer, impondo até efeitos retroativos às suas decisões e correndo deste modo o planejamento da iniciativa privada".

No caso do "pacote" a ser aprovado hoje, sem a desindexação, haverá um ônus "pesado" para os setores industrial e agrícola, pondera Luiz Eulálio de Bueno Vidigal Filho: haverá maior contenção dos preços industriais e a não concessão de preços mínimos "justos" à agricultura, em compensação à retirada de subsídios do setor.

Laerte Setúbal Filho, presidente da Duratex, é mais contundente: "Na verdade, sem desindexação, as empresas privadas ficarão estranguladas. A alternativa previsível é a imediata e total estatização da economia brasileira". Mário Garnero diz que prefere acreditar que o governo vai anunciar, em breve, um novo "pacote" exclusivamente para desindexar a economia, "caso contrário ela explode", afirmou ao editor Getúlio Bittencourt.

Já Renato Ticoulat Filho considera que o governo está "amarrado" e vai ter de detonar o processo em questão de dias: "A desindexação terá de ser feita; agora, o governo pode assumi-la publicamente ou apenas fazê-la internamente".

A SENSIBILIDADE POLITICA

"O governo precisa sensibilizar-se politicamente", recomenda o ex-governador Carlos Alberto Alves de Carvalho Pinto, que foi ministro da Fazenda no governo de João Goulart: "Além disso, necessita, neste momento, de uma boa dose de competência administrativa para reconquistar a confiança da sociedade", acrescenta.

Esse consenso contrário à posição adotada pelo governo tem raízes ou razões diferentes. "Na verdade, o governo não teve coragem de ferir interesses concretos", diagnostica o economista Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo, membro do Conselho Superior de Economia da FIESP.

Explica: "Há os que querem a desindexação com maior ônus para os trabalhadores e não para o capital e há os que, como eu, defendem uma desindexação desde que se mantenha o reajuste pleno para a faixa até três salários mínimos e com a contrapartida do restabelecimento do direito de greve para a classe trabalhadora. Mas o governo não está atendendo nem um lado nem o outro e vai prejudicar a todos, além de impedir uma grande negociação nacional. Vai prejudicar porque ao armar esse 'pacote', sem mexer no ponto central da estrutura econômica, garante que a inflação continuará sendo bem alimentada e que 1983 se vai encerrar com um déficit público muito maior do que se previa."